

ATA nº 3

-----Ao vigésimo sétimo dia do mês de Setembro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu em Sessão Ordinária, na sede da ADERCE – Associação Desportiva e Recreativa e Cultural da Estrada, a Assembleia de Freguesia de Pombal, com a seguinte ordem de trabalhos, descrita em convocatória remetida a todos os membros da Assembleia, que a seguir se transcreve. -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia** -----

1º – Leitura, discussão e votação da ata da sessão Ordinária de dia 29 de Junho;-----

2º – Leitura de expediente recebido;-----

3º – Intervenções na generalidade;-----

----- **Período da Ordem do Dia** -----

4º– Informação do Senhor Presidente da Junta acerca da atividade desenvolvida pela Freguesia de Pombal, desde 15 de Junho até 1 de Setembro de 2018; ----

5º –Informação sobre a Lei – Quadro de transferência de Competências para as Autarquias Locais – Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto; -----

6º – Apresentação, apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas da Freguesia respeitante ao ano de 2017; -----

7º– Apresentação, apreciação e votação do Regulamento Interno de Uso de Viaturas; -----

8º– Apresentação, apreciação e votação da 3ª Revisão do Orçamento para o ano 2018; -----

9º- Apresentação, apreciação e votação da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano; -----

-----Presenças na Assembleia: -----

-----Todos os elementos do Executivo da Junta de Freguesia de Pombal; -----

-----Dos partidos políticos que fazem parte da Assembleia estiveram presentes os senhores deputados a seguir mencionados: -----

-----Bancada do Partido Social Democrata [PSD]:-----

-----António do Nascimento Lopes -----

-----Rita Margarida Teresa Mendes -----

-----Susana Margarida Rodrigues dos Santos -----

-----Filipa Portela -----

----- Henrique Manuel dos Santos Bicho Rodrigues Mota -----

-----Ana Carolina Pimenta de Jesus -----

-----Graciano Ricardo da Conceição Gonçalves -----

-----Bancada do Partido Socialista [PS]: -----

-----Aníbal Henrique Guerreiro Cardona -----

-----Carla Marisa Marques Guerra Fernandes Pereira -----

----- Jorge Manuel Antunes da Silva Ferreira -----

-----Bancada do Movimento Pombal Humano (MVPH):-----

-----Manuel Eduardo Carrasqueira -----

-----Ramiro Silva Ferreira -----

-----Bancada do Partido Centro Democrático e Social [CDS] -----

----- Sílvia Dias Pereira João -----

-----Período Antes da Ordem do Dia-----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, após cumprimentar e dar as boas vindas a todos os presentes, começa por agradecer a todos os membros da ADERCE que tornaram possível a realização desta assembleia;

depois de feita a substituição do senhor deputado do PSD Celso Casinha, pela senhora deputada Filipa Portela e da senhora deputada Teresa Paula Chaves, do Movimento Pombal Humano, pelo senhor deputado Ramiro Ferreira Silva, dá início ao período antes da ordem do dia, começando pela leitura, discussão e votação da ata da última assembleia e não havendo intervenções, a ata é levada a votação e é aprovada por maioria com 3 abstenções justificadas pelo facto dos três senhores deputados não terem estado presentes na última assembleia; não havendo expediente recebido, o senhor presidente passa ao terceiro ponto, intervenções na generalidade; toma a palavra a senhora deputada Ana Carolina que após cumprimentar todos os presentes começa por agradecer a disponibilidade da ADERCE para receber esta assembleia; fala também na semana da mobilidade e no facto desta ser uma excelente iniciativa uma vez que tem como objetivo reduzir a quantidade de carros na cidade, referindo o facto do primeiro ponto da iniciativa referir que o Pombus seria gratuito no primeiro dia desta semana, facto que seria muito positivo se na sua aldeia, a Ranha de Baixo, também já estivesse abrangida pela rede Pombus, mas como não está teria que usar o carro para se deslocar à cidade, aproveitando esta situação, aproveita para reforçar que uma das promessas da CMP no seu programa eleitoral visava o alargamento da rede Pombus a vários lugares da freguesia de Pombal, diz ainda ter conhecimento sobre um estudo que a CMP de Pombal está a fazer sobre este assunto e questiona o senhor presidente de junta sobre o tipo de estudo que está a ser feito; ainda sobre a Ranha de Baixo, questiona o executivo sobre o andamento do projeto de melhoramento que há muito se espera para as ruas desta aldeia, com principal destaque para a Rua da Aldeia, Rua do Pinhal e Rua da Cruta, questiona o executivo sobre o ponto de situação destas obras. Toma a palavra a senhora deputada Filipa Portela que após cumprimentar todos os presentes começa por

destacar uma atividade inovadora desenvolvida pela junta de freguesia, o BIOARTES que dinamizou o centro da cidade e deu a conhecer produtos da região, bem como alguns costumes e tradições, assim como o primeiro Festival de Folclore da Freguesia que uniu os ranchos da freguesia e veio demonstrar que juntos somos mais fortes; para o futuro deixa a sugestão de um espaço gastronómico onde as pessoas possam conhecer mais produtos locais e jantar de forma a aproveitar ainda mais o ambiente criado pela iniciativa. Toma a palavra o senhor deputado Henrique Mota que após cumprimentar todos os presentes volta a referir as obras que estão a ser realizadas pela CMP nos Governos, pedindo especial atenção deste executivo para as muitas questões que foram levantadas pela comissão de moradores, entre elas o facto de terem sido feitos alguns passeios que não permitem a entrada dos carros nas suas casas pela impossibilidade de fazerem a manobra devido à falta de espaço, também em relação ao acompanhamento da obra, relembra que continuam a existir zonas onde foram feitas intervenções em março/abril e que ainda não foram terminadas, problema que não se torna mais grave pelo simples facto de ainda não ter começado a chover; refere também a falta de iluminação na avenida Heróis do Ultramar junto à zona do Hotel Senhora de Belém, e o facto das árvores de grande porte estarem a dificultar a iluminação dos postes lá instalados, o que torna a visibilidade muito reduzida principalmente durante a noite; salienta a falta de qualidade da água, principalmente na zona da Rua Albergaria dos Doze onde várias pessoas se queixaram que a água permanece amarelada vários minutos após a abertura da torneira, pedindo ao executivo que questione a CMP sobre esta situação. Toma a palavra a senhora deputada Sílvia João que após cumprimentar todos os presentes, começa por agradecer ao executivo o facto de ter sido convidada a participar no Bioartes, projeto com o qual gostaria de voltar a colaborar no futuro, salienta ainda que em termos

gerais o evento correu bem, embora na sua opinião existam alguns pontos que devem ser melhorados, informando o executivo que está disponível para discutir estes pontos se estes assim o entenderem; aproveita a intervenção para dizer que acha lamentável as fotos do eventos que foram divulgadas, uma vez que nas fotos onde a deputada aparece com os seus filhos numa atividade que ajudou a preparar, o seu rosto aparece completamente tapado com o logotipo da BIOARTES, o que revela uma falta de cuidado a tratar essas imagens, questiona o executivo sobre quem é o responsável pelo tratamento dessas imagens, ainda sobre o tema fotos, a deputada aproveita para falar no site da Junta, e no facto de ter enviado a sua foto como lhe foi solicitado pelo executivo e esta ainda não estar online, referindo que quem votou em si e nos colegas das outras bancadas da oposição com representação nesta assembleia merecem saber quais são as suas caras; refere também a falta de iluminação da Avenida Heróis do Ultramar e a urgência na resolução desta situação, de forma a evitar que ali aconteçam mais desgraças, pedindo que o executivo leve este assunto até à CMP até que este seja resolvido, aproveita para sugerir algumas das coisas que na sua opinião podem ser feitas, como a colocação de sinais, lombas, postes no meio da avenida, e também que se cortem as copas das árvores no inverno para controlar o crescimento das mesmas; refere também o facto do presidente de junta informar na sua atividade que tem estado presente em comissões e equipas técnicas que visam as obras de melhoramento no IC2, referindo que há uma preocupação do presidente da junta em relação a esses assuntos e que este é um assunto importante e que devem existir reuniões com o senhor presidente da CMP até que os assuntos sejam resolvidos, aproveitando para oferecer a sua ajuda para a discussão destes assuntos; relativamente aos Governos e Vinagres alega que o senhor deputado Henrique Mota já disse o que havia para dizer em relação a este

assunto; em relação ao caos gerado na rua do centro escolar de Pombal de manhã e à tarde, tem conhecimento que alguns pais já enviaram emails ao presidente da CMP aos quais não foi dada qualquer resposta, e salienta o facto de haverem soluções viáveis como a alteração do estacionamento, tornando-o possível apenas de um lado da rua, refere também a falta de policiamento naquela rua, sugerindo ao presidente da junta que leve estas questões à assembleia municipal; fala também do caos gerado junto da escola Conde Castelo Melhor mas refere que o presidente da CMP já tem conhecimento desta situação; em relação à escola do Escoural refere o facto do piso junto à escola estar gasto e isso causar algum deslizamento dos carros durante as travagens; em relação à escola do Barrocal refere o facto de terem sido colocados os postes mas a rede ainda não estar colocada; em relação ao parque do Cotrofe refere o facto de o regulamento ter sido aprovado na última assembleia, constando nesse regulamento um ponto relativo à exploração do bar que ficaria à inteira responsabilidade da Associação de Moradores do Cotrofe, o que na opinião do CDS está errado, uma vez que a exploração devia rodar por todas as associações da freguesia de forma a que todas tivessem oportunidade de gerar receitas para as suas coletividades, desta forma e encerrado o verão, pergunta ao executivo qual o balanço que faz sobre esta exploração do bar no ano de 2018. Toma a palavra a senhora deputada Carla Mariza, que após cumprimentar todos os presentes, aproveita para agradecer à ADERCE o facto de hoje nos reunirmos na sua casa para realizar esta assembleia; começa por dizer que quase há um ano que iniciamos este mandato e os problemas continuam a ser sempre os mesmos; falando no tema da iluminação, a deputada diz que na sua opinião é perigoso andar à noite em Pombal e que as próprias autoridades já o confirmaram, uma vez que as passadeiras são mal desenhadas, e algumas nem estão visíveis, e para ajudar temos urbanizações

cheias de ervas e uma requalificação dos Governos que dura há quase 2 anos e que é uma vergonha, uma vez que existem situações onde as pessoas nem sequer conseguem entrar com o carro dentro de casa, existe um jardim onde as crianças passam todos os dias para irem para a escola que está cheio de manilhas e terra; refere também que urbanizações como a Gualdim Pais e a das Oliveiras têm falta de iluminação e falta de limpeza, assim como as aldeias que circundam a cidade, e diz também que toda a questão da proximidade é importante, assim como a realização de eventos e festas no Cardal, mas que tudo o resto não deve ficar esquecido, dizendo também que até hoje nunca viu o presidente de junta interpelar o presidente da CMP sobre os assuntos que acabou de referir em nenhuma assembleia municipal, sendo na sua opinião uma questão urgente, uma vez que o presidente está numa assembleia municipal a representar os fregueses da sua freguesia e a defender os seus interesses, uma vez que nenhum dos assuntos mencionados nesta intervenção proporciona qualidade de vida às pessoas em Pombal. Toma a palavra o senhor deputado Aníbal Cardona que após cumprimentar todos os presentes, agradece à ADERCE o facto de nos receber para a realização desta assembleia; em relação à reunião relativa ao início do ano letivo, realizada na escola que a sua filha frequenta, enaltece o facto do presidente de junta ter estado presente, facto que acha importante uma vez que revela interesse numa área tão importante como é a da educação, nessa reunião falaram sobre as AEC's e sobre a avaliação que foi feita em relação ao grau de satisfação, questionando se essa avaliação foi feita de uma forma estruturada, nessa reunião o presidente de junta falou do facto do grau de satisfação ainda não ser satisfatório e sobre esta questão o senhor deputado salienta que é necessário continuar de forma a atingir o pleno no que toca ao grau de satisfação, e para que tal aconteça vão ter que aumentar as ferramentas de avaliação para que a

evolução continue e possa realmente dizer-se que estas atividades são de enriquecimento no futuro; salienta um assunto que já foi falado em dezembro passado nesta assembleia e que se prende com a não observação das escolas do concelho de Pombal e conseqüentemente as escolas da freguesia de Pombal relativamente ao regulamento de segurança contra incêndios, informando que a sua preocupação é relativamente ao facto destas escolas terem dispositivos, depósitos sob pressão, terem também redes técnicas, de gás e de eletricidade que são usadas regularmente, existindo nestas escolas muitas crianças, no caso de haver um problema e terem que ser evacuadas torna esta questão numa questão bastante complexa; relativamente ao site da junta, afirma que no seu caso particular ainda não enviou a foto como lhe tinha sido solicitado, mas que este site deveria servir para divulgação de informação por parte da junta, neste site deveriam constar e segundo o código do procedimento administrativo, há um conjunto de informação que deveria ser divulgada, nomeadamente, os documentos provisionais, os orçamentos, os planos plurianuais, as atas, esta era uma informação relevante que deveria constar no site, revelando a transparência que foi tão falada durante a tomada de posse, o site da junta de freguesia revela algum desleixo, uma vez que não é atualizado há muito tempo, sendo a última ata e orçamentos referentes ao ano de 2014, refere também o facto de nunca ter visto uma ata de uma reunião do executivo, e vê-se obrigado a ter que pedir para ler uma, quando este tipo de informação poderia estar disponível no site para livre consulta de todos os fregueses, uma vez que é do interesse dos fregueses como é feito o processo de tomada de decisão nas reuniões do executivo, por fim, lamenta que depois de um ano ainda nada tenha sido feito a este nível. Toma a palavra o senhor deputado Eduardo Carrasqueira que após cumprimentar todos os presentes agradece à ADERCE o facto de receberem tão bem esta assembleia; salientando

as obras nos Vinagres, refere que é realmente um incómodo para quem lá vive e para quem visita aquela zona, uma vez que as obras tardaram a começar e depois de começadas tendem a avançar muito lentamente dificultando a vida a todos os moradores; alerta para as deficiências visíveis no Polo Escolar uma vez que a obra ainda está dentro da garantia, pedindo desta forma que o executivo leve este assunto junto da CMP para que estas questões sejam resolvidas; em relação à zona do Barrocal refere o facto da rua que circunda a zona da pedreira estar intransitável para carros ligeiros, e que esta rua deveria ser melhorada até quem sabe com a ajuda da própria pedreira que poderia contribuir com alguns restos de material para reparar aquela rua, refere também que quando se fazem obras nestes caminhos deveria haver a preocupação de deixar as zonas centrais da estrada mais elevada para que quando chove as águas escorram para as bermas; realça o grande empenho que houve por parte da junta e dos seus trabalhadores na limpeza das bermas, mas em alguns locais as ervas ficaram na estrada o que pode provocar deslizamento dos automóveis em caso de travagem tornando a circulação mais perigosa nestas zonas, se houvesse uma pequena atenção a esse nível seria de bom senso; nas ruas do Barrocal, existem alguns locais onde as ervas começam a invadir o asfalto o que torna a circulação mais difícil; em relação ao Jardim do Vale refere o facto de este local ter um acesso fácil às crianças e tem zonas com alturas que se podem tornar perigosas principalmente quando chover e estas zonas ficarem cheias de água, deve o executivo levar este assunto junto da CMP para que esta situação se resolva e este sítio se torne mais seguro para todas as crianças que ali brincam; relativamente à estrada que foi feita até à ADERCE, a ultima camada de asfalto não foi feita, foram feitas reparações e a obra não foi terminada, na sua opinião esta situação torna-se perigosa e deve questionar-se a CMP para que esta obra seja

terminada assim que possível; sugere que alguém do executivo deveria pensar numa forma de ensinar as pessoas a atravessar as passadeiras de uma forma correta, uma vez que as pessoas por vezes provocam acidentes por negligência, seria importante que o executivo em conjunto com a PSP pudesse ao longo do dia informar quem usa as passadeiras qual a forma correta de o fazer; agradece os trabalhos realizados pela junta de freguesia nos últimos meses, dando os parabéns a toda a equipa pelo trabalho realizado. Tomou a palavra o senhor presidente de Junta que após cumprimentar todos os presentes começa por falar nos trágicos acontecimentos da última semana no trágico acidente no IC8 que vitimou 6 pessoas, sendo lido por si um voto de pesar em nome de toda a assembleia de freguesia de pombal; agradece à ADERCE, bem como a toda a direção atual e todas as direções antigas, salientando todas as atividades que esta associação tem vindo a realizar e que permite que as pessoas dos lugares mais próximos possam aqui conviver, sendo na sua opinião o motivo pelo qual devem existir associações nos lugares da freguesia agradecendo a todos os que voluntariamente cedem o seu tempo para fazer parte destas associações; começa a sua intervenção por dizer que estamos perante um assembleia de uma freguesia de uma junta muito pequena no que toca aos recursos, e que será com essa humildade que vai começar a responder a todas as questões que lhe foram colocadas, dizendo que se fizeram algumas coisas mal feitas nunca foi com a intenção de prejudicar ninguém, esta junta faz o que pode e refere que gostou de ouvir um elogio aos funcionários da junta; respondendo à senhora deputada Ana Carolina relativamente à questão do POMBUS, refere com alegria que este serviço já chega ao lugar da Estrada, e diz também que o seu objetivo não é levar o POMBUS apenas até à Ranha de Baixo, é leva-lo também até Valdeira, Vicentes, Cumieira, e a todos os locais onde ainda não existe na freguesia, e

esta será uma luta da qual não vai desistir, uma vez que a considera de extrema importância este alargamento, informando que depois do estudo que está a ser feito pela CMP estar concluído, vai exigir que este alargamento da rede POMBUS seja feito no ano seguinte; relativamente à requalificação da Ranha de Baixo, logo no início do mandato este executivo levou até à CMP este assunto uma vez que o presidente da CMP assumiu este compromisso, e na próxima reunião já vão saber quais são os timings para esta obra; em relação ao BIOARTES agradece as palavras das senhoras deputadas Filipa Portela e Sílvia João, e aproveita para explicar que esta feira tem muito valor, pelo facto do artesão sair da sua casa para mostrar o que faz e poder vender os seus trabalhos, foi também neste dia que decorreu o Festival de Ranchos da Freguesia onde reuniram os ranchos todos da freguesia e desta reunião saiu um sentimento comum que todos podem ser diferentes e ainda assim ajudar-se e crescer juntos; agradece a sugestão da senhora deputada Filipa Portela quanto à existência de uma área de restauração numa edição futura; relativamente à situação das fotos relatada pela senhora deputada Sílvia João, o senhor presidente diz que também um membro do seu executivo aparece com a cara tapada numa das fotos divulgadas, e que assume a inteira responsabilidade pelo sucedido, explicando que tal acontece devido ao facto do logotipo ser inserido automaticamente em todas as fotos, pede assim que sempre que situações destas aconteçam, que informem a junta para que a situação seja resolvida, refere ainda que não tem qualquer interesse em esconder a sua participação no evento, uma vez que a sua colaboração e entusiasmo foi desde o início muito bem vinda não havendo qualquer interesse por parte da junta que uma situação destas aconteça; respondendo à questão colocada pelo senhor deputado Henrique Mota informa que depois da última assembleia ligou para a CMP e falou com os responsáveis pela obra para

informar que achava inadmissível que as pessoas que moram nos Governos e Vinagres não tenham ninguém a quem se possam dirigir para falar sobre a obra e todos os problemas que dela advenham, dizendo também que para se resolver um problema não é preciso ir para a rua falar alto, gritar nas assembleias municipais ou ir falar para os jornais como parecem estar sempre a pedir, basta falar com quem de direito e resolver as situações, continuando a acompanhar esta situação; relativamente à qualidade da água refere que esta é uma questão muito sensível, e que a responsabilidade da junta é a de distribuir as análises dos fontanários e divulgar os resultados na sua página de facebook e avisar as pessoas sempre que as análises estão não conformes, refere também que esta é uma questão sensível e que vão acompanhar esta situação para tentar perceber a questão da qualidade da água; relativamente ao site da junta, informa que estão neste momento a reformular o portal, e falta alguma informação, mas que é injusto dizer-se que este site não é atualizado há muito, uma vez que há outras informações que estão atualizadas, este ano a junta começou a usar uma plataforma inovadora que permite que os pais acompanhem o processo educativo dos filhos; relativamente às fotos de todos os membros garante que até ao final do ano iremos ter um novo portal e esses dados e fotos irão ser atualizados; relativamente à iluminação e reforço da visibilidade das passadeiras na avenida Heróis do Ultramar refere que esta é uma questão pertinente e que se acharem importante pode referir esta situação numa assembleia municipal além de o fazer junto do executivo da CMP, aproveita ainda para referir o facto de esta ser uma competência da CMP e mesmo assim até hoje as representações do PS e do CDS nunca terem referido esta situação numa dessas assembleias, o que também seria importante; relativamente ao IC2 informa que no seu cargo de deputado da Assembleia da República é a pessoa que mais defende as

intervenções no IC2 e IC8, e assume o compromisso de levar todos os membros da assembleia a uma reunião na CMP assim que exista um projeto de requalificação do IC2; em relação ao parque do Cotrofe refere que este parque nasce inicialmente devido ao esforço e apoio e cedência de terrenos por parte dos moradores do Cotrofe, e por esse motivo o bar é gerido pela Associação de Moradores do Cotrofe e por terceiros caso estes o decidam tal como aconteceu este ano e tal como prevê o regulamento, aproveitando este ponto para agradecer a todos os moradores, o carinho, o zelo e toda a dedicação que têm com este parque, que é do Cotrofe mas existe para que todos possam usufruir dele; relativamente às questões colocadas pela senhora deputada Carla Mariza, refere que ficou sem perceber se a deputada era a favor ou contra a proximidade; já respondeu às questões colocadas relativamente às obras dos Vinagres e Governos, uma vez que aquelas pessoas merecem outro tipo de tratamento e devem ter alguém a quem recorrer; relativamente às questões do senhor deputado Aníbal Cardona informa que as informações solicitadas vão estar todas disponíveis no site da junta assim que este seja reformulado; relativamente ao Regulamento Contra Incêndios, informa que a senhora secretária Carla Longo está a acompanhar esta questão junto da CMP, foram feitas algumas obras nas escolas para que de seguida seja feito um esforço para que o Regulamento possa ser implementado, agradecendo a disponibilidade demonstrada pelo senhor deputado Aníbal Cardona para ajudar a junta nesta questão, a sua ajuda será muito útil; em relação às AEC's refere que esta é uma área muito importante, uma vez que o desenvolvimento de competências é uma mais valia para todas as crianças, relativamente à avaliação destas atividades, explica que é com base nos inquéritos feitos que decidem ou não continuar com determinada atividade em cada uma das escolas, na sua opinião a avaliação foi estruturada e foi com base nestes

resultados que tomaram as decisões; agradece novamente as palavras do senhor deputado Eduardo Carrasqueira e reforça que a junta tem um número limitado de trabalhadores e cerca de 100 km² de estradas para limpar, mas agradece as notas relativamente às estradas com ervas no meio da estrada, e informa que vai informar a CMP uma vez que são os responsáveis pela limpeza da rua principal da Charneca; relativamente ao Jardim das Oliveiras/ Jardim do Vale informa que na última reunião com a CMP reforçaram que este espaço verde deveria ser requalificado para melhorar a segurança de quem ali passa e também para melhorar a qualidade de vida de quem ali mora.-----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

-----O senhor presidente da mesa passa ao quarto ponto e passa a palavra ao senhor presidente da junta para falar da atividade desenvolvida. Toma a palavra o senhor presidente de junta que começa por referir na área da educação a requalificação da escola do Travasso e a requalificação da escola do Escoural feitas pela CMP, isto quer dizer que estas escolas vão continuar a funcionar, uma mais-valia para todas as famílias que pretendem fixar-se nestas áreas; agradece a todas as funcionárias da junta que trabalham nas 13 escolas da junta de Freguesia, e que contam com 800 alunos, o que se traduz em 800 almoços que são servidos por estas funcionárias, agradecendo a dedicação de todos os que trabalham nesta área em especial à Sofia Freitas, responsável por esta área na junta de freguesia de Pombal; na área da ação social a junta iniciou um novo projeto que se chama “FADO AO LAR”, que vai levar o fado aos lares, onde os idosos vão ter oportunidade de ouvir fado nas instituições onde estão no dia a dia, destacando o trabalho feito pela Raquel Neves em toda a área social desenvolvida pela junta de freguesia.-----

-----O senhor presidente da mesa passa ao ponto quinto **Informação sobre a Lei - Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais - Lei**

n.º 50/2018 de 16 de Agosto e passa a palavra ao senhor presidente da junta para apresentar este ponto. Toma a palavra o senhor presidente de junta que refere que este ponto serve apenas para informar que existe uma nova Lei – Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e as autarquias deviam pronunciar-se quanto ao processo de descentralização até quinze de Setembro mas como os diplomas sectoriais não foram aprovados antes da data limite não fazia sentido as autarquias locais se pronunciarem. Foi esta a deliberação que a câmara municipal teve, a assembleia municipal teve conhecimento e este executivo também entendeu dar conhecimento a esta assembleia. Tomou a palavra a senhora deputada Sílvia João para dizer ao senhor presidente de junta que em relação a esta Lei, deve ter-se o cuidado da transferência de competências virem acompanhadas de um pacote financeiro, e não apenas da transferência das competências com custos adicionais para a Junta de Freguesia; em relação ao ponto anterior, a senhora deputada pede para esclarecer a questão que colocou sobre o a exploração do Cotrofe, e diz apenas que no regulamento não está referido que a Comissão de Moradores pode ceder a exploração a terceiros, o que pode vir a revelar alguma injustiça uma vez que não há concurso público por parte de terceiros que pretendem explorar este bar. Toma a palavra a senhora deputada Ana Carolina para falar na lei da transferência de competências e expressa o seu agrado em relação a este assunto, uma vez que este assunto reflete o futuro, questiona o executivo sobre qual tem sido a posição e o trabalho com as juntas de freguesia por parte da ANAFRE na defesa dos seus interesses nesta matéria, questionando quais as intenções de futuro que foram demonstradas pela CMP. Toma a palavra o senhor presidente de junta para responder às questões, começando por responder à questão colocada pela senhora deputada Sílvia João, respondendo que é do interesse da junta que uma transferência de

competências venha acompanhada de um pacote financeiro; respondendo à senhora deputada Ana Carolina, informa que a ANAFRE está a acompanhar todas as negociações para que os interesses das juntas sejam defendidos, em relação à CMP há apenas o compromisso de que o que se fizer para uma freguesia irá fazer-se para todas.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa apresenta o ponto número seis – **Apresentação, apreciação e votação do Regulamento da Componente de Apoio à Família**. O senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Presidente da Junta para a apresentação do documento, que por sua vez passa a palavra ao senhor vogal Renato Guardado que informa que este regulamento já existia desde o ano de 2010, não vem à assembleia como revisão porque existiam dois regulamentos distintos. Este executivo entendeu assim conciliá-los num único documento. Só agora vem à assembleia porque o executivo quis aproveitar as reuniões das escolas e todo o “feedback” dos pais. Este regulamento permite à Junta de Freguesia tutelar a componente não letiva, como prolongamentos, ATL, aberturas das escolas... De salientar a questão da antecipação que é a abertura da escola, o prolongamento, ATL´s, interrupções letivas e férias de Verão. O horário expectável para a antecipação deve ser às oito da manhã. Destaca-se também a recolha das crianças por parte dos pais. Identifica-se de forma clara o despacho conjunto pelo qual se rege a atribuição dos seis escalões de pagamento do ensino pré-escolar. E quanto ao 1º ciclo do ensino básico, este executivo também entendeu por bem vir no regulamento a identificação clara relativamente ao valor da senha de almoço. O valor mensal do ATL é definido anualmente pela Junta de Freguesia porque pode ser alterado conforme o número de inscrições.-----

-----O senhor presidente da mesa passou a palavra aos senhores deputados da assembleia. Tomou a palavra o senhor deputado Henrique Mota que diz que

o documento está bem estruturado, no entanto é um regulamento que irá figurar para hoje e para o futuro, pelo que entende ser necessário efetuar uma outra abordagem. Relativamente ao artigo primeiro, número cinco, a definição deve deixar de ter referência à idade porque há crianças que entram com cinco anos. No tocante ao artigo segundo, estamos a falar de um regulamento que também se aplica às crianças, pelo que isso mesmo deve constar nesse artigo. No tocante ao artigo terceiro, muitas vezes há encarregados de educação que não pretendem entregar a sua declaração de IRS e automaticamente passam para o escalão mais elevado. Pelo que, deverá constar uma referência a esse facto, a entrega desse documento passar a não ser obrigatória e quem não o entregar automaticamente será integrado no escalão mais elevado. Relativamente à alínea e) do artigo terceiro, deve-se ter em linha de conta duas posições: se a junta obriga a que todas as crianças tenham um seguro de responsabilidade civil e nesse caso existindo um seguro de grupo subscrito pela Junta de Freguesia, essa obrigatoriedade devia ser para todas as crianças. Não se deverá permitir que uma criança possa subscrever outro tipo de seguro numa instituição ou numa outra seguradora que não o seguro contratualizado pela Junta de Freguesia. O seguro de responsabilidade civil só cobre o que uma criança possa fazer à outra se existir um seguro de responsabilidade civil cruzado. Por isso, por igualdade de tratamento, deve ser obrigatória a subscrição desse mesmo seguro. Relativamente à alínea g) é preciso ter mais atenção à legislação que saiu em Maio sobre a proteção de dados pessoais. Todos os pais têm de ter conhecimento relativamente a filmagens e fotografias, e muito embora autorizem a sua realização têm de saber qual o tratamento e destino que é dado a esses dados. Há um conjunto de informações que têm de ser do conhecimento desses pais/ encarregados de educação. No número quatro do artigo terceiro, alínea b), há uma ressalva

salvaguardando casos de doença justificados mediante a apresentação de atestado médico. Propõe-se a retirada desta salvaguarda porque não se alcança o sentido de aqui estar. No artigo quinto, número três é uma questão semântica...deve constar “ à sua vontade” e não “ à nossa vontade”. No número quatro deve ser retirada a designação comercial dos jogos. O número um do artigo oitavo, deverá ser retirado porque o âmbito de aplicabilidade deste diploma é o apoio à família. As crianças não estão seguras pelo seguro escolar. A sua menção neste diploma pode levar a algum tipo de confundibilidade para os pais. No número quatro, importa dizer que o seguro de responsabilidade civil só é válido se o atendimento ocorrer num hospital público. Se o pai for a um hospital privado, não tem direito à comparticipação do ato de urgência. Deve aqui constar que o atendimento deve ser no centro de saúde ou hospital público sob pena de não comparticipação do mesmo. No número cinco deve ser obrigatório o seguro de responsabilidade civil retirando a parte da exceção. No artigo nono, número um, na parte final, relativamente à entrega das crianças fala-se de “ comportamento ilegítimo”, isto leva-nos para uma figura de direito que se prende com conceitos indeterminados. Não é fácil a um auxiliar entender o que é um comportamento ilegítimo pelo que deve retirar-se esta última parte. No número dois, deve ficar claro que se autoriza a saída da criança com um irmão menor. No artigo décimo primeiro, uma questão de semântica, cabe à Junta de Freguesia não “colocar o pessoal”, mas “assegurar os recursos necessários”. No artigo décimo segundo, número dois, deve retirar-se “os pais ou encarregados de educação”. No número três do artigo décimo terceiro, a tabela que aqui está é conforme o despacho conjunto, mas na sua literalidade não é dado a conhecer que estes valores são valores mensais. A questão da periodicidade deverá estar aqui inserta. No artigo décimo quinto, número dois, quem se reserva ao direito não é o executivo mas

sim a Junta de Freguesia. No artigo décimo sexto, número cinco, fala-se de redução de prestação quando o estabelecimento de ensino estiver encerrado por período igual ou superior a cinco dias uteis e se estiver encerrado por dois, três dias não há direito à redução? Toma a palavra o senhor deputado Jorge Ferreira, que diz que relativamente ao regulamento, o artigo primeiro começa por dizer que o objetivo é regulamentar a componente de apoio à família, quererá dizer que não se aplica às atividades de animação de apoio à família e nem às AEC's? No número dois entendemos que não se aplica só aos pais/encarregados de educação, mas também aos alunos, à Junta e às escolas. No número quatro, parece que a componente do apoio à família é para os encarregados de educação ajustarem ao seu horário de trabalho, dando aqui preferência à criança que já frequentou o CAF anteriormente ou pela ordem de chegada das fichas de inscrição, não nos parece que esta ordem seja a mais desejada. No artigo oitavo onde se lê "posto de urgência" se calhar deviam querer dizer posto de primeiros socorros? No artigo décimo primeiro diz que o técnico superior é responsável pela planificação. Ora, no número um do artigo quarto da Portaria 644/2015 diz que as atividades são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas. Vem colidir um pouco com isto. Em abono da transparência ficaria muito bem se aqui estivesse explicitado como se chega ao valor do rendimento mínimo mensal, o escalão, quais são as despesas que pode deduzir...daria uma outra imagem. No artigo décimo quinto, número dois, deveria ficar salvaguardado a alimentação. Poderá ser suspensa a componente de apoio à família mas que a criança continuará a ter direito à alimentação. Também não se refere como é assegurada a alimentação, as características da alimentação, a possibilidade de existir refeições de dieta para crianças por motivos devidamente comprovados, não se refere à divulgação semanal das ementas em local visível de forma a ser

consultada pelos pais. Ao longo do regulamento há muitos deveres dos pais mas há poucos direitos. Há um dever dos pais que não está aqui implícito, que é os pais tomarem conhecimento do regulamento. Depois há alguns direitos que não estão aqui...direito de aceder à informação acerca do funcionamento das atividades, conhecer as atividades desenvolvidas e ter informação do desenvolvimento das componentes de apoio à família e respetiva implementação.-----

-----Terminadas as intervenções o senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Presidente da Junta para que possa responder às questões que lhe foram colocadas, que por sua vez passa a palavra ao senhor vogal Renato Guardado que sugere que o documento seja votado hoje e depois será introduzida no final uma breve síntese com as alterações/sugestões propostas, uma vez que não afetam a essência do documento. Se assim não for entendido, será feita a revisão de outra forma. Relativamente à questão das AEC`s, não está incorporada neste regulamento e tem também a ver com a questão da alimentação. Temos um caderno de encargos da alimentação e as ementas, com critérios que são definidos anualmente para lançar o concurso. Por esse motivo, tal qual para as AEC`s como para a alimentação não nos pareceu fazer sentido carregar este documento com essa componente porque todos os anos é revista. Faz todo o sentido incorporar a sugestão apresentada pelo senhor deputado Henrique Mota, porque devido ao sigilo há sempre pais que não querem entregar a fotocópia da última declaração de IRS. Relativamente ao artigo quarto, estes critérios não estão aqui colocados de forma sequencial. A seleção respeitará esses critérios, mas todas as crianças que pretendam frequentar essa componente têm acesso a ela. Anualmente e mediante as circunstâncias a Junta de Freguesia reserva-se na parte de poder ponderá-los. Relativamente à proteção de dados e à não introdução das

Nintendos será de incorporar. Em relação ao seguro escolar também se pode retirar a alínea referida. Todas as crianças têm de aderir ao seguro de responsabilidade civil com exceção do seguro próprio. Sugere que se acrescentasse “equiparado ao fornecido pela Junta de Freguesia”. Relativamente ao artigo décimo terceiro, alínea 3), a não referência da mensalidade também pode ser suprida. No artigo décimo quarto, alínea dois, foi ponderado colocar a forma mas o propósito do ATL é que a Junta proporcione o ATL a todas as crianças tentando que a mensalidade seja aproximada do valor que se despende. No artigo décimo quinto, número dois, onde se lê “executivo” deve passar-se a ler “Junta de Freguesia.” Quanto à questão da alimentação é o que acontece, nenhuma criança fica sem ser alimentada.-----

-----O senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor deputado Aníbal Cardona que sugere que o documento não vá a votação porque o documento final é outro. Sugere que se crie um grupo de trabalho, que se reúna e que saia o melhor desta assembleia para enquadrar um conjunto de atividades tão importante para as crianças. Toma a palavra o senhor deputado Henrique Mota que considera não fazer sentido a criação de um grupo de trabalho porque já foram aqui discutidas todas as sugestões de alteração. Pode ser votado hoje ou voltar a ser apresentado o documento na próxima assembleia atendendo única e exclusivamente às alterações formuladas.-----

-----O senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Presidente da Junta que refere ter sido extraordinário o exercício destes últimos trinta, quarenta minutos. Sugere que sejam acolhidas todas as sugestões e na próxima assembleia seja apresentado um novo regulamento.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa apresenta o ponto número sete – **Apresentação, apreciação e votação do Regulamento Interno de Uso de**

Viaturas. Mais informa que os regulamentos internos são apenas votados pelo executivo. Deveria apenas ter ficado escrito “Informação”. Seguidamente o senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Presidente da Junta para a apresentação do documento que por sua vez passa a palavra ao senhor vogal Renato Guardado. Foi sentida a necessidade de regulamentar esta matéria porque temos tido algumas surpresas no que toca a multas por exemplo. Este documento ultrapassará o período de vigência deste executivo que está em funções e por isso foi entendido que deveria vir à assembleia. E também porque os próprios membros desta assembleia podem requerer o uso de uma viatura para alguma atividade pelo que importa dar a conhecer o documento.–

-----Toma a palavra a senhora deputada Sílvia João, pretende saber quem gere o parque automóvel, se é o presidente da junta ou se delegou em alguém. Também pretende saber como se faz a gestão operacional dos veículos.-----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa passa a palavra ao senhor Presidente da Junta para responder, que por sua vez passa a palavra à senhora secretária Carla Longo que refere que o controlo, a delegação e a atribuição de veículos é feita em função das necessidades da junta, dos transportes e deslocações que existem. Existe um plano em suporte de papel onde são registadas todas as informações. -----

-----Seguidamente o senhor Presidente da Mesa apresenta o ponto número oito – **Apresentação, apreciação e votação da 3ª Revisão do Orçamento para o ano 2018**, o qual foi discutido em conjunto com o ponto número nove – **Apresentação, apreciação e votação da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI) 2018**. O senhor Presidente da Mesa informa que onde se lê “2ª Revisão” deverá ler-se “3ª Revisão” e passa a palavra ao senhor Presidente da Junta para a apresentação destes dois documentos, que por sua vez passa a palavra ao senhor tesoureiro Nelson Pedrosa, que apresenta os documentos que estão

incluídos na documentação enviada para todos os senhores deputados. Mais refere que os documentos refletem a execução orçamental da atividade da junta de freguesia. Salaria que pela primeira vez a Lei do Orçamento de Estado possibilitou que na integração do saldo de gerência fosse permitido que o valor das despesas correntes fosse superior às receitas correntes até ao limite do valor do saldo de gerência. Esta alteração prende-se unicamente com a necessidade que a presente gestão necessitou para comprometer as verbas necessárias à prossecução do concurso público para fornecimento das refeições escolares na plataforma de contratação pública “safety”. Para o corrente ano não existem necessidades prementes de grandes investimentos ao nível do capital porque no ano anterior quase todos os investimentos de capital foram executados. Ao nível da receita esta alteração resulta da necessidade de reforço de algumas rubricas cuja execução estava superior a cem por cento ou outros imprevistos, ou anulação de outras cuja verba estava em excesso. Ao nível das despesas sucede a mesma situação, resultante do concurso público para o fornecimento de refeições escolares. Salaria-se a circunstância adversa do clima que nos aumentou a despesa com manutenção de equipamentos, combustíveis e indemnizações. De salientar ainda a alteração ocorrida com a DGEST em que agora somos obrigados a devolver ao município as isenções referentes ao escalão A e a metade referente ao escalão B. Relativamente à terceira revisão resulta da integração de novos projetos nas atividades.-----

-----O senhor Presidente da Mesa passa a palavra aos senhores deputados da Assembleia. Toma a palavra o senhor deputado Aníbal Cardona que refere que relativamente ao Orçamento, há uma diferença entre a forma de encarar o investimento e a geração de receita da bancada que representa e a forma do executivo. E por uma questão de coerência, a bancada do PS votará contra. A

gestão deste executivo tem um enfoque muito grande e entende-se isso como a lógica de uma dinâmica cultural, a organização de festas para promover o contacto com as populações. A bancada do PS entende que o contacto com as populações pode ser feito dentro de outra lógica e tem outra forma diferente de pensar para que estas iniciativas sejam geradoras de receitas. Este Orçamento tem muita falta de criatividade na geração de receita. A canalização, nestas revisões que foram feitas, foram distribuídas para outras rubricas, mas se virmos, no PPA acaba por se criar mais um evento dentro da mesma conotação. A posição da bancada do PS seria diferente. Julga ser possível poder transformar a Gala do Desporto, por exemplo, num evento concelhio. Pegando nos recursos sobrantes, também se poderia pensar se não se justifica um outro parque de merendas. Existem dúvidas em duas rubricas, 02.02.20.02, diversos trabalhos especializados inicia com uma dotação de catorze mil euros e termina com vinte e nove mil euros, é mais de cem por cento. E na 02.02.25.04 em diversos serviços inicia com uma dotação de três mil, setecentos e noventa euros e termina com vinte e seis mil e trezentos e noventa euros, mais de setecentos por cento. Qual a explicação? Toma a palavra a senhora deputada Sílvia João que pretende justificar o voto contra porque considera que há rubricas que não estão justificadas. No novo projeto “Encantos de Natal” desconhece-se o intuito e os objetivos a que se propõe a dotação da rubrica. “Bio Artes” também é muito generalista. Exige-se mais transparência.-----

-----O senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao senhor Presidente da Junta para responder. Começa por dizer que sempre que existam dúvidas, perguntem. Não podem acusar este executivo de falta de transparência, pois sempre que há pedidos de esclarecimento, este executivo responde. No Orçamento está tudo especificado, agora é natural que a discriminação de tudo

individualizado não pode estar aqui. Estamos em setembro, numa assembleia normal onde se fazem revisões de orçamentos, que são instrumentos dinâmicos e evolutivos. Falar aqui por exemplo da Gala de Desporto, que foi um evento realizado por este executivo este ano; será uma questão interessante para discutir em Dezembro. Relativamente ao Parque do Cotrofe, este executivo quis ajudar a comissão de moradores com a reserva das mesas. Há marcação prévia para as pessoas não chegarem lá e não terem mesa para o seu convívio. Estamos disponíveis para acolher as sugestões que esta assembleia de freguesia tiver para gerar mais receita. Quando se insinua que se está a aumentar rubricas em setecentos por cento, significa um descalabro brutal daquilo que é. Estamos a falar de catorze ou quinze mil euros, só no trator e combustível chegamos a esse valor. Quando colocam em causa aumentos de rubricas devem perceber o que está subjacente a esse aumento. Quanto aos Encantos de Natal, antes era dada a quantia de três euros por aluno e as professoras compravam uma prenda. Este ano decidimos organizar uma iniciativa em que todos os miúdos participem no Natal. O senhor Presidente da Junta passa a palavra ao senhor tesoureiro Nelson Pedrosa que diz que não se faz um esmiuçar porque seria fastidioso. A rubrica 02.02 são aquisições de serviços. Foi referido tudo na apresentação anterior. Em nenhum momento este executivo pretende empolar o Orçamento. Os setecentos por cento foi uma situação que ninguém estava à espera.-----

-----O senhor Presidente da Mesa passa a palavra aos senhores deputados da Assembleia. Toma a palavra o senhor deputado Aníbal Cardona que diz que provavelmente não se fez entender. As opções da bancada do PS seriam outras. Foram referidos dois exemplos, uma situação de oneração do orçamento, pensar num novo parque de merendas e outra de desoneração do orçamento. Quanto às dotações das rubricas foi pedida uma explicação e não

colocada em causa a qualidade do documento.-----

-----Em seguida, o senhor Presidente da Mesa coloca à votação o ponto número oito – **Apresentação, apreciação e votação da 3ª Revisão do Orçamento para o ano 2018**, que foi aprovado, por maioria, com cinco votos contra, três da bancada do PS, um da bancada do NMPH e um da bancada do CDS-----

-----Foi colocado também à votação o ponto número nove – **Apresentação, apreciação e votação da 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI) 2018**, que foi aprovada por maioria, com seis votos contra, três da bancada do PS, dois da bancada do NMPH e um da bancada do CDS. -----

-----A pedido do senhor presidente da junta, os dois documentos em análise foram aprovados por unanimidade, por minuta, para efeitos imediatos.-----

-----Em seguida, o senhor Presidente da Mesa abriu as inscrições para o público presente, dando a palavra ao senhor Nuno Cravo que refere as boas obras que se fizeram na Escola do Escoural, mas como retiraram as casas de banho que tinham, pergunta por onde é que se passa agora quando estiver a chover para as novas casas de banho. Também questiona sobre a estrada dos Carrascos.-----

-----Terminadas as intervenções do público, o senhor Presidente da Mesa dá a palavra ao senhor Presidente da Junta para responder às questões feitas. Começa o senhor Presidente da Junta por informar que já questionaram sobre essa questão da escola e foi dito que iria ser resolvida. Relativamente à estrada dos Carrascos, também se levou no fotomapa essa questão à reunião de câmara. E existe um compromisso do Município de que irá existir uma intervenção.-----

-----E nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, quando eram zero horas e trinta minutos do dia vinte

e oito de Setembro, tendo-se lavrado a presente ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

Presidente da Assembleia de Freguesia -----

1.ª Secretária -----

2.ª Secretária -----